



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO URBANO

REQUERIMENTO N.º _____/2023

(Dos Srs. Deputados Joseildo Ramos, Orlando Silva, Marcelo Lima, Guilherme Boulos e Juliana Cardoso).

Requer a realização de Audiência Pública da Frente Parlamentar Mista em Defesa do Saneamento Público no Estado de São Paulo para tratar sobre os impactos da privatização da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo – Sabesp.

Senhor Presidente:

Requeiro a Vossa Excelência, com base no art. 255 Regimento Interno, a realização de Audiência Pública na Cidade de São Paulo para tratar sobre os impactos da privatização da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo – Sabesp, com a presença dos seguintes convidados:

1. **Sr. Alceu Guérios Bittencourt** - presidente da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental (ABES).
2. **Sr. Amauri Pollachi** - conselheiro da Engenharia pela Democracia.
3. **Sr. André Gustavo Salcedo** – diretor presidente da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (Sabesp).
4. **Sr. Arilson Wünsch** - presidente do SINDIÁGUA RS
5. **Sr. Edson Dauroiz de Vargas Soares** - Presidente da Associação dos Profissionais Universitários da Sabesp (APU).
6. **Sr. Emídio de Souza** - deputado estadual e coordenador da Frente Parlamentar Contra a Privatização da SABESP.



7. **Sr. Gustavo Petta** - Vereador de Campinas
8. **Sr. Horacio Rodríguez Larreta** - Prefeito de Buenos Aires (Argentina)
9. **Sr. José Antonio Faggian** - Presidente do Sindicato dos trabalhadores em Água, Esgoto e Meio Ambiente do Estado de São Paulo (Sintaema).
10. **Sr. José Everaldo Vanzo** - ex-diretor Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (Sabesp).
11. **Sr. Kai Peter Wegner** - Prefeito de Berlim (Alemanha)
12. **Sra. Leci Brandão** - Deputada Estadual
13. **Sra. Marina Helou** - deputada estadual e coordenadora da Frente Parlamentar Ambientalista em Defesa das Águas e do Saneamento da ALESP.
14. **Sra. Marina Silva** - Ministra do Meio Ambiente e Mudança do Clima
15. **Sr. Mauro Oliveira Pires** - Presidente do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio).
16. **Sra. Renata de Faria Rocha Furigo** - coordenadora geral do Observatório Nacional dos Direitos à Água e ao Saneamento (ONDAS).
17. **Sr. Ricardo Nunes** - prefeito da cidade de São Paulo

JUSTIFICAÇÃO

O Brasil é um Estado democrático e social de direito, como expressado no preâmbulo constitucional, que se compromete com os direitos sociais, liberdade, bem-estar, igualdade e justiça em uma sociedade fraterna. A Constituição de 1988 estabelece a dignidade da pessoa humana como um dos fundamentos da República Brasileira e busca reduzir as desigualdades sociais como objetivo fundamental. Portanto, é essencial que o Estado proteja os direitos básicos para cumprir essas premissas.

Nesse contexto, o saneamento básico e o acesso à água são direitos sociais e responsabilidade do Estado. O fornecimento de água tratada é um serviço crucial para alcançar a dignidade humana, especialmente nas áreas urbanas. O acesso à água tratada deve ser universal e é um pré-requisito para a efetivação de direitos fundamentais, como a dignidade.



Assim, o fornecimento de água potável é um serviço público essencial que o Estado deve garantir, direta ou indiretamente, com o princípio da universalização em mente. Isso é fundamental para assegurar o direito fundamental de acesso à água.

Debater o tema nos Estados é essencial para manter esses princípios e considerar as implicações da Lei 14.026, que alterou o marco regulatório do saneamento. Por exemplo, em São Paulo, municípios com contratos vencidos com a Sabesp não terão mais renovação automática, o que exige licitação para os serviços de água e esgoto, afetando o subsídio cruzado entre municípios ricos e pobres.

Em todo o mundo, várias cidades que privatizaram ou concederam serviços de água e esgoto optaram pela reestatização devido à insatisfação da população com tarifas elevadas, ineficiência na gestão privada e falta de transparência. Por exemplo, Paris criou "Eau de Paris" em 2010 e Berlim realizou um referendo em 2011 que aprovou a retomada do controle público sobre os serviços.

Setores estratégicos e detentores de monopólios naturais, como a distribuição de água e tratamento de esgoto, deve ser responsabilidade do Estado para garantir universalização e equidade, conforme preconizado pelo britânico Sir William Beveridge em 1942 em seu famoso relatório *Beveridge Report*.

Essas são as razões fundamentais para a realização de uma Audiência Pública no Estado de São Paulo para discutir os impactos da privatização da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - Sabesp. Nesses termos, solicito o apoio dos membros da Comissão de Desenvolvimento Urbano.

Sala das Sessões, em de de 2023.

Deputado JOSEILDO RAMOS – PT/BA

Deputado ORLANDO SILVA - PCdoB /SP

Deputado MARCELO RAMOS – PSB/SP

Deputado GUILHERME BOULOS – PSOL/SP

Deputada JULIANA CARDOSO – PT/SP





Requerimento **(Do Sr. Joseildo Ramos)**

Requer a realização de Audiência Pública da Frente Parlamentar Mista em Defesa do Saneamento Público no Estado de São Paulo para tratar sobre os impactos da privatização da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo – Sabesp.

Assinaram eletronicamente o documento CD233665468700, nesta ordem:

- 1 Dep. Joseildo Ramos (PT/BA)
- 2 Dep. Juliana Cardoso (PT/SP) - Fdr PT-PCdoB-PV
- 3 Dep. Orlando Silva (PCdoB/SP) - Fdr PT-PCdoB-PV

